APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	5
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020	15

APS ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA À SAÚDE LTDA.
C.N.P.J – 00.539.806/0001-52 Registro ANS nº 40670-8

Relatório da Administração

Em conformidade com as disposições estatutárias, legais e regulatórias, submetemos à apreciação dos senhores as demonstrações contábeis da Operadora APS ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA À SAÚDE LTDA., e o relatório do auditor independente referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Mensagem da Administração

O ano de 2021 foi fortemente desafiador impactado pela pandemia da Covid-19, e nesse cenário a Operadora seguiu destinando os recursos necessários a saúde e bem estar de nossos beneficiários e colaboradores.

Desempenho econômico-financeiro

No exercício de 2021, a receita basicamente se manteve em relação a 2020, as vendas de planos de saúde para pessoa física, conforme determinação da alta administração, continuam suspensos para comercialização.

A sinistralidade para 2021 resultou em 98%, representando um aumento significativo em relação a 2020 que foi de 57%. O ano de 2021 foi mais fortemente impactado pela pandemia da covid-19, o que gerou um aumento significativo na demanda dos atendimentos médicos hospitalares.

Em conformidade com o contrato social da Sociedade, os resultados apurados são distribuídos de acordo com o deliberado pelos quotistas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade registrou prejuízo de R$ 91.064, que foi totalmente absorvido pela reserva de lucros.

A Operadora mantém seus compromissos financeiros em dia e dentro do patamar exigido pela ANS.

Em cumprimento à legislação aplicável, que estabelecem as normativas regulatórias vigentes publicadas pela ANS, a Operadora encerrou o exercício com suficiência para as provisões técnicas e ativos garantidores.

Investimentos

Em 2021 a manutenção do serviço de Telemedicina para realização de consultas aos beneficiários, foram realizados alguns investimentos melhorando a acessibilidade e qualidade dos nossos serviços;

Disponibilização no call center de um colaborador da enfermagem na orientação/dúvidas dos sintomas da covid-19 aos nossos beneficiários;

Foram realizadas diversas ações na estrutura de atendimento presencial em vários setores para segurança de nossos colaboradores e aos beneficiários da Operadora.

Recursos Humanos

Administrada com um ótimo ambiente de trabalho e visando sempre a valorização de seus colaboradores, a APS oferece assistência médica, seguro de vida aos colaboradores, vale transporte, cesta básica, uniformes, curso de atualização profissional, etc.

Planejamento da Administração

Com o avanço da vacinação, mantemos a confiança na superação da crise sanitárias enfrentadas em função da pandemia do COVID-19 em nossa região de atuação.

Agradecimentos

A Operadora agradece o apoio do corpo clínico, prestadores de serviços e fornecedores, a confiança de seus clientes e aos Órgãos Reguladores depositados em nossa administração e aos nossos colaboradores o indispensável comprometimento e empenho demonstrados para a melhor obtenção dos resultados.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Administradores e Quotistas da
APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda.
Jundiaí – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada, "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 24.1 às demonstrações contábeis que informa que, em dezembro de 2021, foi autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS a transferência dos beneficiários de contratação individual/familiar da Amil Assistência Médica Internacional S.A. ("Amil") para a sua controlada APS Assistência Personalizada à Saúde Ltda. ("APS"), devendo ser considerada como data efetiva da transferência o primeiro dia do mês subsequente ao recebimento do ofício de autorização (neste caso, janeiro de 2022). Em dezembro de 2021, a Amil firmou com terceiros, contrato de compra e venda de quotas, visando a alienação da APS. Em 08 de fevereiro de 2022, a ANS suspendeu a transferência das quotas da APS e solicitou, posteriormente, informações adicionais sobre a operação. Até a emissão dessas demonstrações contábeis, a operação ainda estava sendo analisada pela referida agência reguladora. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

APS - ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA À SAÚDE LTDA.
C.N.P.J 00.539.806/0001-52
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

ATIVO

(EM REAIS)

	Notas	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		**2.371.592.540**	**19.099.004**
Disponível		**13.846**	**28.271**
Realizável		**2.371.578.694**	**19.070.732**
Aplicações Financeiras	**3**	**2.369.695.545**	**17.822.124**
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		5.854.782	4.633.209
Aplicações Livres		2.363.840.763	13.188.915
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	**4**	**837.812**	**997.124**
Contraprestação Pecuniária a Receber		766.206	669.397
Outros Créditos de Operações de Assistência Médica		71.607	327.727
Créditos Tributários e Previdenciários	**5**	696.766	150.903
Bens e Títulos a Receber		348.571	99.422
Despesas Antecipadas		-	1.159
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**47.098**	**44.332**
Imobilizado	**6**	**47.098**	**41.330**
Imobilizado de Uso Próprio		**47.098**	**41.330**
Hospitalares / Odontológicos		43.680	36.361
Não Hospitalares / Não Odontológicos		1.710	3.161
Outras Imobilizações		1.709	1.808
Intangível	**7**	**-**	**3.001**
TOTAL DO ATIVO		**2.371.639.639**	**19.143.335**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

APS - ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA À SAÚDE LTDA.
C.N.P.J 00.539.806/0001-52
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

PASSIVO

(EM REAIS)

	Notas	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE		**5.865.767**	**3.503.233**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	**8**	**5.613.151**	**2.902.157**
Provisão de Contraprestações Não Ganha - PPNG		359.842	369.081
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS		46.482	79.847
Provisão Para Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		2.691.063	1.460.180
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA		2.515.763	993.049
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		**20.947**	**22.315**
Receita Antecipada de Contraprestações		20.947	9.793
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		-	12.522
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	**9**	**109.542**	**442.874**
Débitos Diversos	**10**	**122.127**	**135.888**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**321.608**	**96.776**
Provisões			
Provisões para Ações Judiciais	**11**	321.608	96.776
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12**	**2.365.452.263**	**15.543.326**
Capital Social		2.364.345.825	3.312.000
Reserva de Lucros		1.106.438	5.764.713
Lucros Acumulados		-	6.466.612
TOTAL DO PASSIVO		**2.371.639.639**	**19.143.335**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

APS - ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA À SAÚDE LTDA.
C.N.P.J 00.539.806/0001-52
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(EM REAIS)

	Notas	2021	2020
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		**28.329.793**	**27.944.387**
Receitas com Operações de Assistência a Saúde		**29.061.147**	**29.080.638**
Contraprestações Líquidas		29.061.147	29.080.638
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde Operadora		(731.354)	(1.136.251)
Eventos Indenizáveis Líquidos		**(28.427.058)**	**(16.639.012)**
Eventos Conhecidos ou Avisados		(26.904.344)	(16.592.080)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(1.522.714)	(46.932)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		**(97.265)**	**11.305.375**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistencia a Saúde		1.003	1.254
Outras Receitas Oper.de Assist.à Saúde Não Relac.com Planos de Saúde da Operadora	**13**	**34.001**	**22.567**
Outras Receitas Operacionais		34.001	22.567
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	**14**	**(134.662)**	**(64.020)**
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(160.761)	(64.020)
Reversão de Provisão para Perdas sobre Créditos		26.098	-
Outras Despesas Oper. De Assist. à Saúde Não Relac. Com Planos de Saúde da OPS	**15**	(382.751)	(477.683)
RESULTADO BRUTO		**(579.675)**	**10.787.493**
Despesas com Comercialização		(443.979)	(66.681)
Despesas Administrativas	**16**	(1.724.434)	(1.253.010)
Resultado Financeiro Líquido	**17**	**2.692.312**	**326.381**
Receitas Financeiras		2.699.092	451.189
Despesas Financeiras		(6.780)	(124.808)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	**18**	**(55.775)**	**9.794.182**
Imposto de Renda		(22.056)	(2.440.390)
Contribuição Social		(13.234)	(887.180)
RESULTADO LÍQUIDO		**(91.064)**	**6.466.612**
RESULTADO POR QUOTA - R$		**-**	**5,86**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

APS - ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA À SAÚDE LTDA.
C.N.P.J 00.539.806/0001-52
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(EM REAIS)

	2021	2020
Resultado líquido do exercício	**(91.064)**	**6.466.612**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abarngente do exercício	**(91.064)**	**6.466.612**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

APS - ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA À SAÚDE LTDA
C.N.P.J 00.539.806/0001-52
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(EM REAIS)

	Notas	Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
					-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		**3.312.000**	**2.007.260**	**3.757.454**	**9.076.714**
Resultado Líquido do Exercício		-	-	6.466.612	6.466.612
Transferência de Lucros Acumulados para Reservas de Lucros	**12.2**	-	3.757.454	(3.757.454)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		**3.312.000**	**5.764.713**	**6.466.612**	**15.543.326**
Integralização de capital	**12.1**	2.350.000.002	-	-	2.350.000.002
Transferência de Reserva de Lucros para Integralização de Capital	**12.1**	4.567.210	(4.567.210)		-
Transferência de Lucros Acumulados para Integralização de Capital	**12.1**	6.466.612	-	(6.466.612)	-
Resultado Líquido do Exercício		-	-	(91.064)	(91.064)
Absorção do Prejuízo do Exercício com Reserva de Lucros	**12.2**	-	(91.064)	91.064	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**2.364.345.825**	**1.106.438**	**-**	**2.365.452.263**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

APS - ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA À SAÚDE LTDA.
C.N.P.J 00.539.806/0001-52
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(EM REAIS)

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Plano Saúde	29.076.997	28.861.567
Resgate de Aplicações Financeiras	27.686.569	25.065.888
Outros Recebimentos Operacionais	112.667	198.976
Pagamento a Fornecedores/Prestad. de Serv. de Saúde	25.885.026	16.930.630
Pagamento e Comissões	443.979	66.681
Pagamnto a Pessoal	276.290	260.132
Pagamento de Serviços Terceiros	320.271	307.039
Pagamento de Tributos	2.271.076	5.004.747
Pagamentos de Contingências Cíveis/Trabalhistas/Tributárias	15.737	-
Pagamento de Aluguel	266.158	251.247
Aplicação Financeira	2.377.099.670	30.958.050
Outros Pagamentos Operacionais	310.471	335.875
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(2.350.012.446)**	**12.030**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização Capital em Dinheiro	2.350.000.002	-
CAIXA LIQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**2.350.000.002**	**-**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	**(12.444)**	**12.030**
CAIXA - Saldo Inicial	**25.880**	**13.850**
CAIXA - Saldo Final	**13.436**	**25.880**
ATIVOS LIVRES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	**13.214.795**	**7.124.416**
ATIVOS LIVRES NO FINAL DO EXERCÍCIO	**2.363.854.199**	**13.214.795**
AUMENTO NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	**2.350.639.404**	**6.090.379**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

APS – ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA À SAÚDE LTDA.
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

NOTA 1: Contexto Operacional

A APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda. (Sociedade ou Operadora) foi constituída sob a forma de sociedade limitada, com sede à Rua 23 de Maio, 790 – Mezanino - Vianelo – Jundiaí/SP, com fins lucrativos, tem como objeto social a operação de planos privados de assistência à saúde e/ou odontológicos, individuais, familiares e coletivos, por meios de execução própria ou mediante a contratação e/ou credenciamento de terceiros legalmente habilitados, com registro junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar sob nº. 46070-8.

A Sociedade é controlada diretamente pela Amil – Assistência Médica Internacional S.A. que a partir de dezembro 2021 detém 99,39% do capital social da APS.

Nossa missão é prestar assistência médica de qualidade com dignidade e ética, promovendo a saúde de forma integral e humanizada.

O ano de 2021 foi mais fortemente impactado pela pandemia da Covid-19 que o ano anterior. O Brasil registrou 412.880 mortes (194.949, em 2020) e 14.611.548 novos casos da doença (7.675.973, em 2020), o que pressionou os custos e gerou um aumento significativo na demanda dos nossos beneficiários e pacientes por atenção médica e atendimento hospitalar. Nossa organização seguiu destinando os recursos necessários para responder à alta no volume de consultas, exames e internações decorrentes da pandemia e de todas as demais patologias.

A receita da Sociedade teve uma redução em relação a 2020, enquanto a sinistralidade aumentou significamente o que está diretamente relacionada a três fatores: 1) Percentual de reajuste negativo de -8,19% dos planos de saúde individuais e familiares de assistência médico-hospitalar no período de maio de 2021 a abril de 2022 - 2) impacto nos custos médicos provocado pela concentração de procedimentos eletivos de 2021 - represados pela suspensão parcial estabelecida no ano anterior – e 3) custos médicos decorrentes da segunda onda da Covid-19, ocorrida em 2021.

A Sociedade recebeu, a partir de março 2021as parcelas do reajuste de 2020 cujo vencimento havia sido postergado, contribuindo para a geração de caixa. Entretanto, o reajuste negativo de -8,19%, determinado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para os planos de saúde individuais e familiares, impôs desafios adicionais ao equilíbrio técnico-financeiro dessa carteira.

A Administração da Sociedade mantém monitoramento contínuo dos impactos da pandemia. As perspectivas para 2022 são de um cenário ainda desafiador, porém com uma menor pressão de custos para atendimento de pacientes da Covid-19. Até a data da emissão dessas demonstrações contábeis não foram identificados indícios de ocorrência de outros impactos econômicos e/ou financeiros em suas operações subsequentes.

NOTA 2: Políticas contábeis

2.1 Base de elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios e práticas contábeis emanadas da Lei n° 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11941/09. Atendem os Pronunciamentos Técnicos CPC aplicáveis à Sociedade, associados às normas e instruções da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, especificamente à Lei nº 9656/98 de 03 junho de 1998 e legislações complementares, apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano de Contas Padrão exigido pela ANS.

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com o modelo de publicação estabelecido pela Resolução Normativa ANS nº 435/18. Em 01 de janeiro de 2022 entrará em vigor a RN 472/21 que substituirá a RN 435/18.

O pronunciamento técnico ainda não aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações contábeis é o CPC 11 – Contratos de Seguros.

Atualmente não é possível estimar quando a ANS irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações contábeis. Dessa forma, estas demonstrações contábeis não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.

A diretoria da APS revisou, discutiu, aprovou e autorizou a publicação das demonstrações contábeis em reunião realizada em 29 de março de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Sociedade.

2.3 Práticas e diretrizes contábeis

As principais práticas contábeis adotadas, para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis são as seguintes:

2.4 Reconhecimento da receita e custo com prestação de serviços

As receitas operacionais constituem-se basicamente das contraprestações pecuniárias geradas pelos beneficiários de seu plano de saúde que são apropriadas à receita considerando o período de cobertura do risco pelo critério de pro-rata dia para apropriação da receita das contraprestações, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos na área de abrangência da carteira que se encontra em grupos de municípios em Jundiaí e região.

Os custos com os serviços prestados englobam os eventos indenizáveis, serviços médico-hospitalares e odontológicos prestados pela rede credenciada aos beneficiários e os custos com a operação da rede própria de assistência médico-hospitalar. Os eventos indenizáveis são

reconhecidos com base na data de apresentação da conta médica pelos prestadores de serviços médicos e hospitalares, ajustados pela provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) que considera o montante esperado de eventos indenizáveis em riscos assumidos e não avisados até a data base das demonstrações contábeis.

2.5 Disponível

Inclui caixa e equivalentes de caixa, referem-se aos saldos positivos em conta movimento.

2.6 Aplicações Financeiras

Incluem aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas a provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

2.7 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos a receber com operações relacionadas de plano de assistência à saúde referem-se às mensalidades previstas em contratos individuais/familiares e coletivo empresarial são reconhecidos pelo valor nominal.

2.8 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Sociedade

Os créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde referem-se à prestação de serviços médicos, registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal.

2.9 Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção e avaliações. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o tempo de vida útil estimado dos bens, com taxas que variam de 4% a 20%.

Os itens são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou vendas. O valor resultante da baixa do ativo imobilizado é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.10 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição, cessões de direito de uso e licenças de uso de software estão contabilizadas nesse grupo, por se tratarem de bens incorpóreos, mas destinados a manutenção da entidade. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são amortizados a taxa de 4% a.a.

Os ganhos ou perdas resultantes das baixas ou vendas de ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido e o valor contábil do respectivo ativo, sendo reconhecido na demonstração do resultado.

2.11 Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não provisionados e nem divulgados.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente

A provisão para os tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício, sendo que o lucro tributário diverge do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois é ajustado por adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.

2.13 Provisões Técnicas de operações de assistência à saúde

Constituídas de acordo com pronunciamentos emitidos pela ANS, estas provisões são representadas pela (i) Provisão de Contraprestação Não Ganha (PCNG), constituída pela parcela de contraprestação referente ao período de risco a decorrer no mês de competência; (ii) Provisão para remissão, constituída em função do falecimento do titular do plano para permanência dos dependentes deste por até sessenta meses. A metodologia de cálculo tem como base a estimativa de sinistros futuros dos beneficiários e leva em consideração a expectativa de permanência destes no plano até a sua saída. Os custos médios destes beneficiários estão estabelecidos em nota técnica atuarial e levam em consideração a faixa etária e taxa de juros (Selic) como premissas de cálculo; (iii) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL), calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde recebidas pela Sociedade. Inclui o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS); e (iv) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), e (vi) Provisão para Insuficiência de Contraprestações (PIC), essas duas últimas provisões constituídas com base em metodologia estabelecida pela ANS**.** Em 2021, conforme RN 476/21, não foi necessária a constituição da PIC, com base em metodologia estabelecida pela ANS.

2.14 Receitas antecipada de contraprestação

Basicamente, contraprestações emitidas e pagas antecipadamente ao seu período de cobertura. Este passivo está representado pela obrigação de prestar serviço e caso não se concretize, pela devolução do dinheiro recebido.

2.15 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos nas seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado – Ativos financeiros adquiridos e mantidos com o propósito de negociação no curto prazo, mensurados ao valor justo, com ganhos e perdas decorrentes da variação valor justo reconhecido no resultado financeiro do exercício. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.

- Recebíveis – Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

  Os recebíveis compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- Impairment de ativos financeiros - A Sociedade avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Os prejuízos de impairment são incorridos como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

  Mediante avaliação da existência de evidência objetiva de perda por impairment, a Sociedade mensura a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão na demonstração do resultado.

  Se num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido, a reversão da perda por impairment será reconhecida na demonstração do resultado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados nas categorias: mensuradas ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros:

- Valor justo por meio do resultado - Registrados inicialmente ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no custo efetivo.

- Outros passivos financeiros – Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Sociedade tem como fornecedores entre os passivos financeiros não derivativos.

A Sociedade baixa seus passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado do exercício.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade não realizou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, operações com instrumentos financeiros derivativos ou qualquer outra operação de caráter especulativo.

2.16 Teste de adequação de passivos – TAP

Nos exercícios de 2021 e 2020, a Resolução Normativa – RN nº 435/18 da ANS trouxe mudanças relevantes para o mercado de planos de saúde, como a obrigatoriedade da realização anual do Teste de Adequação de Passivo (TAP) para as operadoras de grande porte – aquelas com mais de 100 mil beneficiários – sendo os resultados da TAP evidenciados nas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, como a Sociedade está classificada em médio porte, não estamos obrigados a publicar os testes.

2.17 Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza reativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo em períodos futuros. As estimativas que tiveram efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

a) Provisões para ações judiciais

A Sociedade reconhece a provisão para ações judiciais tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. Estas provisões são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pelos seus assessores jurídicos. O registro das provisões para ações judiciais ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as provisões para ações judiciais serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

b) Provisão de eventos ocorridos e não avisados

A Sociedade constitui mensalmente Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) para fazer frente aos pagamentos dos eventos ocorridos e não registrados contabilmente. O valor desta provisão é estimado conforme cálculo atuarial próprio.

c) Provisão para perdas sobre créditos

A Sociedade considera para cálculo da provisão para perdas esperadas sobre créditos os diferentes riscos de acordo com as peculiaridades de cada segmento, como segue:

- **Contraprestações pecuniária a receber** - A provisão para perdas estimadas sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos, e há mais de 60 dias, para planos individuais.
- **Contas a receber de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde -** A provisão para perdas estimadas sobre créditos com operações de serviços médico-hospitalares é constituída com base no histórico de perdas com títulos emitidos contra convênios e particulares. A estimativa de perda é revisada periodicamente pela Administração para adequá-la à evolução da inadimplência dessas operações.

d) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment")

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.18 Novas normas contábeis emitidas e/ou revisadas e ainda não adotadas

Normas ANS

Resolução Normativa nº 472 de 29 de setembro de 2021

Altera as Resoluções Normativas nº 173 de 2008, nº 400 de 2016 e nº 451 de 2020. E revoga as Resoluções Normativas nº 227 de 2010, nº 435 de 2018 e nº 446 de 2019. Revoga também a Instrução Normativa nº 45 de 2010 produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

Dispõe sobre o Plano de Contas Padrão da ANS para as Sociedades de planos de assistência à saúde e as administradoras de benefícios, modelos de publicações de demonstrações contábeis e aprova a utilização das seguintes normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil;

CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e

CPC 48 – Instrumentos financeiros.

Resolução Normativa nº 476 de 23 de dezembro de 2021

Altera a Resolução Normativa - RN nº 393, de 9 de dezembro de 2015, que dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas Sociedades de planos privados de assistência à saúde. Dispõe sobre a constituição da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados do SUS - PEONA SUS e da Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações – PIC.

No entanto, em 26 de novembro de 2021 através da Audiência Pública 19 a ANS flexibilizou o prazo de escalonamento, o período e o cálculo das referidas provisões visando a minimizar os impactos da pandemia do COVID-19. Como consequência disso, o cálculo não apontou a necessidade de constituição da PIC para 2021.

NOTA 3: Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão registradas pelo seu valor de aplicação original, acrescidas dos rendimentos correspondentes do Certificado de Depósito Interbancários - CDI, com a remuneração média em 2021 de 117,35% (2020 – 84,87% do CDI) apropriados até a data do balanço, com base no regime contábil da competência, conforme segue:

	2021	2020
Aplicações - Vinculadas à ANS		
Santander - FI - ANS	2.381.748	2.301.425
Bradesco - FI - ANS	66.205	63.920
Santander FI ANS II RENDA FIXA	3.406.829	2.267.864
Subtotal	**5.854.782**	**4.633.209**
Aplicações - Livres		
Santander - FIC FI PB VIP	12.132.119	13.188.915
Santander - FIQ DI (i)	2.351.708.644	-
Subtotal	**2.363.840.763**	**13.188.915**
Total	**2.369.965.545**	**17.822.124**

(i) Em dezembro 2021 foi aplicado o valor de R$ 2.350.000.000 no Fundo de Investimento Santander FIQ DI, remunerado em CDI, para investimentos necessários à transferência da carteira de planos individuais e familiares (Vide nota 24).

NOTA 4: Créditos de operações com planos de assistência à saúde

O valor apresentado na rubrica Créditos com Operações de Assistência à Saúde referem-se a mensalidades de planos individuais e coletivos empresariais que a Sociedade tem a receber em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, já deduzido do saldo apresentado a provisão para perda esperada no recebimento dessas mensalidades. Abaixo apresentado:

	2021	2020
4.1 Planos Assistência Médica		
Planos Individuais	163.480	203.604
Planos Coletivos	645.508	534.674
(-) Provisão Para Perdas Esperadas Sobre Créditos		
Planos Individuais	(17.542)	(48.115)
Planos Coletivos	(25.240)	(20.766)
Total Planos Médicos	**766.206**	**669.397**
4.2 Outros Créditos de Operações de Assistência Médico-Hospitalar		
Outros Créditos de Op.de Assist. Médico Hosp - PF	71.607	320.737
Outros Créditos de Op.de Assist. Médico Hosp -PME	-	6.990
Total Outros Créditos de Op.Assist. Médico Hosp-PME (i)	**71.607**	**327.727**
Total Geral Créditos de Operações	**837.812**	**997.124**

(i) Em decorrência da pandemia do COVID-19, a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através do Comunicado nº 85 de agosto de 2020 suspendeu a aplicação do reajuste de planos de saúde por variação de custo (anual) e por mudança de faixa etária. Sendo a cobrança do reajuste efetivada ao longo do exercício de 2021. Em outubro de 2020, a ANS divulgou em seu sítio oficial um aviso com orientações quanto ao tratamento contábil do reajuste. Em conformidade com as alterações dadas pela ANS, a Sociedade efetuou o reconhecimento da receita em 2020, sendo que o pagamento será efetuado em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas a partir de março 2021, em 31 de dezembro 2021 restam 2 (duas) parcelas para a totalização da recomposição.

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	2021	2020
A vencer	**569.186**	**494.674**
Vencidos		
Até 30 dias	152.009	136.318
de 31 a 60 dias	32.742	48.584
de 61 a 90 dias	10.531	12.257
a mais de 90 dias	44.521	46.445
Subtotal:	**239.803**	**243.605**
Total:	**808.988**	**738.278**
PPSC	(42.783)	(68.881)
SALDO	**766.206**	**669.397**

	2021	2020
Movimentação da provisão para perdas		
Saldo no início do exercício	(68.881)	(97.394)
Constituições e reversões	26.098	28.513
Saldo no fim do exercício	**(42.783)**	**(68.881)**

NOTA 5: Créditos Tributários e Previdenciários

Referem-se a impostos retidos sobre aplicações financeiras, antecipação de imposto de renda, contribuição social e valores pagos a maior com direito a compensação ou restituição.

	2021	2020
Créditos Tributários e Previdenciários		
Imposto de Renda	149.003	141.229
Antecipações de Imposto de Renda	430.365	-
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	9.726	9.673
Antecipações da Contribuição Social	105.826	-
Tributos pagos a maior ou indevidamente	1.846	-
Total	**696.766**	**150.903**

NOTA 6: Imobilizado

O imobilizado está composto como segue:

Descrição	Taxa de depreciação anual (%)	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	31/12/2021 Líquido	31/12/2020 Líquido
Imobilizado de uso próprio Hospitalares/Odontológicos					
Máquinas e equipamentos hospitalares	10%	56.817	(13.273)	43.544	36.178
Moveis e utensílios	10%	470	(334)	136	183
Subtotal		**45.210**	**(13.607)**	**43.680**	**36.361**
Imobilizado de uso próprio não Hospitalares/Odontológicos					
Máquinas e equipamentos	10%	390	(282)	108	147
Equipamentos de informática	20%	10.098	(10.098)	-	848
Móveis e utensílios hospitalares	10%	16.899	(15.297)	1.602	2.166
Subtotal		**27.387**	**(25.676)**	**1.710**	**3.161**
Outras Imobilizações					
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4%	2.480	(771)	1.709	1.808
Subtotal		**2.480**	**(771)**	**1.709**	**1.808**
Total		**75.077**	**(40.055)**	**47.098**	**41.330**

Movimentação do Imobilizado

Descrição	Equipamentos, máquinas, móveis e utensílios	Outras Imobilizações	Total
Saldos em 31/12/2019	**46.246**	**1.908**	**48.154**
Depreciação	(6.724)	(99)	(6.824)
Saldos em 31/12/2020	**39.522**	**1.808**	**41.330**
Adições	12.076	-	12.076
Depreciação	(6.209)	(99)	(6.308)
Saldos em 31/12/2021	**45.389**	**1.709**	**47.098**

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Sociedade não constatou a necessidade de contabilização de provisão para perdas sobre esses ativos ("impairment").

NOTA 7: Intangível

O intangível representa os valores investidos em sistemas utilizados pela Sociedade e estão sendo amortizados de acordo com a vida útil definida, estando composto como segue:

		31/12/2021			31/12/2020
Descrição	**Taxa de depreciação anual (%)**	**Custo de aquisição**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Software	20%	89.356	(89.356)	-	3.001
Total		**89.356**	**(89.356)**	**-**	**3.001**

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Sociedade não constatou a necessidade de contabilização de provisão para perdas sobre esses ativos ("impairment").

NOTA 8: Provisões Técnicas

As Sociedades de Plano de Assistência â Saúde são obrigadas por Lei a constituírem Provisões Técnicas exigidas pelo Órgão Regulador ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, cuja contabilização está atualizada pela regulamentação vigente, estando devidamente suportadas por Ativos Garantidores Vinculados à ANS, quando aplicável, e lastreadas por outras aplicações não vinculadas.

	2021	**2020**
Provisão de contraprestação não ganha - PCNG	359.842	369.081
Provisão de eventos a liquidar para SUS	46.482	79.847
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	2.691.063	1.460.180
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	2.515.763	993.049
Total	**5.613.151**	**2.902.157**

Movimentação das provisões técnicas:

	Provisão de contraprestação não ganha	**Provisão de eventos a liquidar para SUS e para outros prestadores de serviços assistenciais**	**Provisão de eventos ocorridos e não avisados**	**Total**
Saldos em 31/12/2019	**417.533**	**1.673.340**	**946.117**	**2.835.112**
Constituições	32.719.645	34.916.041	860.962	68.496.647
Reversões	(32.768.097)	-	(814.029)	(33.582.126)
Baixas / pagamentos	-	(35.049.353)	-	(35.049.353)
Saldos em 31/12/2020	**369.081**	**1.540.028**	**993.049**	**2.902.158**
Constituições	31.894.853	59.188.257	1.569.693	92.652.803
Reversões	(31.904.091)	-	(46.979)	(31.951.071)
Baixas / pagamentos	-	(57.990.738)	-	(57.990.738)
Saldos em 31/12/2021	**359.842**	**2.737.547**	**2.515.763**	**5.613.152**

8.1 Garantia das provisões técnicas

Os recursos garantidores vinculados das provisões técnicas da Sociedade estão aplicados de acordo com as determinações contidas na legislação vigente e estão compostos por:

	2021	2020
Ativos garantidores		
Aplicações financeiras vinculadas	5.854.782	4.633.209
Total	**5.854.782**	**4.633.209**
Provisões Técnicas		
PEONA	2.515.763	993.049
Eventos a liquidar para SUS	46.482	79.847
Total	**2.562.246**	**1.072.896**
Suficiência de vínculo dos ativos garantidores	**3.292.536**	**3.560.313**

NOTA 9: Tributos e encargos sociais correntes

Os tributos e contribuições foram apurados de acordo com o lucro real no que se refere a Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social, já os demais impostos como PIS, COFINS e ISSQN são apurados sobre o faturamento da Sociedade, o imposto de renda retido e o valor descontado na fonte dos prestadores de serviços e o FGTS e Contribuição Previdenciária são encargos que incidem sobre a folha.

	2021	2020
IRPJ	-	199.398
CSLL	-	72.928
ISS	49.855	54.372
Contribuição Previdenciária	3.964	6.091
FGTS	2.164	1.831
COFINS / PIS	93	53.012
Retenções na Fonte	53.465	55.241
TOTAL	**109.542**	**442.874**

NOTA 10: Débitos Diversos

A Sociedade tem obrigações trabalhistas a liquidar as quais incluem as Provisões de Férias que estão constituídas em montante suficiente para fazer frente às obrigações com os funcionários, por conta de férias vencidas e proporcionais, considerando, ainda, os encargos legais, o adicional de um terço até a data do balanço. Os fornecedores representam as aquisições a prazo de materiais e serviços.

	2021	2020
Obrigações Com Pessoal	40.748	29.965
Fornecedores	35.429	18.707
Outros Débitos a Pagar (i)	45.949	87.216
Total	**122.127**	**135.888**

(i) Basicamente aluguéis a pagar, depósito a identificar.

NOTA 11: Provisões para ações judiciais

A Sociedade constitui provisão para ações judiciais, inerentes ao curso normal das suas atividades movidas por terceiros, mediante ações civil, trabalhistas e tributárias. Essas contingências são avaliadas por advogados e quantificadas por meio de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor essas contingências classificadas como provável e contabilizadas estão demonstrados a seguir:

11.1 Ações judiciais com risco de perda provável

	2021	2020
Contingência Civil (i)	176.332	96.776
Contingência Trabalhista (ii)	145.275	-
Total	**321.608**	**96.776**

(i) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentes.

(ii) Reclamações trabalhistas, como vínculo empregatício e horas extra, em 2020 não houve provisões trabalhistas classificadas por nossos advogados.

Movimentação da provisão para ações judiciais:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	**96.776**	**39.954**
Constituições	330.266	104.233
Reversões/baixas	(105.434)	(47.412)
Saldo no fim do exercício	**321.608**	**96.776**

11.2 Ações judiciais com risco de perda possível

Possível

	2021	2020
Contingência Civil	91.062	87.799
Contingência Trabalhista	16.772	-
Total	**107.835**	**87.799**

(i) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentes.

(ii) Reclamações trabalhistas, como vínculo empregatício e horas extra, em 2020 não houve provisões trabalhistas classificadas por nossos advogados.

NOTA 12: Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Sociedade era de R$ 3.312.000 representado por 1.104.000 (um milhão, cento e quatro mil) quotas, com valor nominal de R$ 3,00 (três reais) cada uma.

Em 27 de dezembro de 2021, foi aprovado o primeiro aumento do capital social da Sociedade no valor de R$ 11.033.822, com a emissão de 3.677.941(três milhões, seiscentas e setenta e sete mil e novecentas e quarenta e uma) novas quotas, com valor nominal de R$ 3,00 (três reais) cada uma, mediante capitalização da conta de reserva de lucros e lucros acumulados.

Ainda em 27 de dezembro de 2021, foi aprovado o segundo aumento do capital social da Sociedade no valor de R$ 2.350.000.002, com a emissão a emissão de 783.333.334 (setecentas e oitenta e três milhões, trezentas e trinta e três mil e trezentas e trinta e quatro) novas quotas, com valor nominal de R$ 3,00 (três reais) cada uma, quais são totalmente subscritas e integralizadas pela Amil.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Sociedade totalmente subscrito e integralizado era de R$ 2.364.345.825 representado por 788.115.275 (setecentas e oitenta e oito milhões, cento e quinze mil e duzentas e setenta e cinco) quotas, com valor nominal de R$ 3,00 (três reais) cada uma.

12.2. Reserva de lucros

Em conformidade com o contrato social da Sociedade, os resultados apurados são distribuídos de acordo com o deliberado pelos quotistas. Em 2020, a Sociedade registrou lucro no exercício de R$ 6.466.612, que foram integralmente utilizados em 27 de dezembro de 2021 para aumentar o capital social da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade registrou prejuízo de R$ 91.064, que foi totalmente absorvido pela reserva de lucros.

NOTA 13: Receitas de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da Sociedade

	2021	2020
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Sociedade		
Outras Receitas Operacionais	34.008	22.567
Total	**34.008**	**22.567**

Essa rubrica contábil refere-se substancialmente a prestações de serviços realizadas pela Sociedade.

NOTA 14: Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde

	2021	2020
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde		
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	160.761	92.533
Provisão para perdas sobre recebíveis	1.118.020	1.184.787
Reversão (provisão) para perdas sobre outros créditos	(1.144.118)	(1.213.300)
Total	**134.662**	**64.020**

NOTA 15: Outras despesas operacionais de assistência médica não relacionadas com planos de saúde da Sociedade:

	2021	2020
Despesas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Sociedade		
Serviços de terceiros (i)	382.751	477.683
Total	**382.751**	**477.683**

(i) Basicamente prestação de serviços médicos.

NOTA 16: Despesas administrativas

	2021	2020
Pessoal (i)	298.025	289.799
Pessoal - Prov. Contingência Trabalhista (i)	145.275	-
Serviços de terceiros (ii)	370.726	338.317
Localização e funcionamento (iii)	426.423	363.789
Depreciação e amortização	9.309	12.366
Publicidade e propaganda	1.656	-
Despesas com Tributos	48.539	54.737
Despesas com multas administrativas	-	-
Outras (iv)	424.479	194.002
Total	**1.724.434**	**1.253.010**

(i) Não houve provisão de contingência trabalhista em 2020 (vide Nota 11).

(ii) Serviços advocatícios, consultoria, informática entre outros;

(iii) Utilização e manutenção das instalações, como aluguel, água, luz, serviços de manutenção, limpeza, segurança e outros;

(iv) Composto substancialmente por perdas definitivas sobre créditos de planos individuais e coletivos de e processos indenizados.

NOTA 17: Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Desconto concedidos	-	(113.114)
Tarifas bancárias	(3.896)	(3.934)
Despesas por pagamento em atraso	(2.884)	(7.760)
Subtotal	**(6.780)**	**(124.808)**
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	2.595.343	330.518
Juros sobre recebimentos em atraso	90.276	107.429
Outras	13.474	13.242
Subtotal	**2.699.092**	**451.189**
Total líquido	**2.692.312**	**326.381**

NOTA 18: Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
(Prejuízo) Lucro contábil antes do IR e CS	(55.775)	9.794.182
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	**(18.963)**	**3.330.022**
Ajuste para apuração alíquota efetiva		
Despesas Indedutíveis		
Adições (i)	1.203.496	1.247.854
Exclusões (ii)	(1.149.243)	(1.250.306)
IR e CS resultado	**35.290**	**3.327.570**
Alíquota fiscal efetiva	**(63,27)%**	**33,97%**

(i) Basicamente as adições referem-se às provisões para perdas de outros créditos e provisões para ações judiciais.

(ii) Basicamente as exclusões referem-se às reversões das provisões para ações judiciais e provisão para perda de outros créditos.

NOTA 19: Seguros

A Sociedade não possuía seguros vigentes e contratados em 31 de dezembro de 2021.

NOTA 20: Eventos médico-hospitalares - assistência médico-hospitalar, cobertura assistencial com preço pré-estabelecido - carteira de planos individuais/ familiares pós Lei nº 9.656/98

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de eventos médico-hospitalares - assistência médico-hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do período até 31 de dezembro de 2019 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01 de novembro de 2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/98, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço preestabelecido, como segue:

			2021	2020
	Rede contratada	**Reembolso**	**Total**	**Total**
Consultas médicas	821.834	-	821.834	807.544
Exames	1.618.492	1.953	1.620.445	1.333.818
Terapias	256.117	-	256.117	196.712
Internações	4.420.870	-	4.420.870	1.553.724
Outros atendimentos	2.174.624	-	2.174.624	447.847
Demais despesas	11.363	101	11.464	1.463
Total	**9.303.300**	**2.054**	**9.305.354**	**4.341.108**

NOTA 21: Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido as atividades operacionais

	2021	2020
Conciliação do lucro líquido com caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**(55.775)**	**9.794.182**
Ajustes:		
Variação da provisão para PPNG	(9.238)	(48.452)
Provisão para perdas sobre recebíveis e outros créditos	(26.098)	-
Provisão/reversão para PEONA	1.522.714	46.932
Depreciação e Amortização	9.309	12.366
Provisão/reversão de Contingências	224.832	56.821
Resultado ajustado	**1.665.744**	**9.861.849**
Aumento (diminuição) em ativos operacionais		
Valores em trânsito	(1.981)	(1.573)
Aplicações Financeiras	(2.351.873.421)	(6.163.470)
Contraprestações Pecuniárias	(70.710)	129.759
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	256.120	(327.727)
Créditos Tributários	(553.977)	(4.019)
Bens e Títulos a Receber	(249.150)	(15.614)
Despesas Antecipadas	1.159	(1.159)
Variação das atividades operacionais-ativos	**(2.352.491.959)**	**(6.383.803)**
Aumento (diminuição) em passivos operacionais		
Provisões Técnicas e Eventos a Liquidar	1.197.519	(133.312)
Débitos de Operações de Assistência a Saúde	(1.368)	(36.601)
Tributos e Encargos Sociais	68.072	6.556
Débitos Diversos	(13.761)	15.168
Pagamentos de IR e CSLL	(436.693)	(3.317.827)
Variação das atividades operacionais-passivos	**813.769**	**(3.466.016)**
Caixa Líquido das atividades operacionais	**(2.350.012.446)**	**12.030**

NOTA 22: Diferença do Saldo de Caixa e Fluxo de Caixa

22.1 Caixa

A diferença entre o fluxo de caixa e o disponível apresentado no balanço refere-se a valores em trânsito, que não fazem parte do saldo final de caixa, como segue:

	2021	2020
Disponível	13.846	28.271
Valores em trânsito	(410)	(2.391)
Caixa - DFC	**13.436**	**25.880**

22.2 Ativos livres

Os ativos livres expressos no fluxo de caixa direto estão compostos conforme abaixo apresentado:

	2021	2020
Caixa DFC	13.436	25.880
Aplicações financeiras - Livres	2.363.840.763	13.188.915
Ativos livres - DFC	**2.363.854.199**	**13.214.795**

NOTA 23 – Instrumentos financeiros e Gerenciamento de Riscos

23.1 Considerações Gerais

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Modelos e informações de mercado são utilizadas para estimar os montantes de valor justo, que podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade com destaque para disponibilidades incluem as aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores.

23.2 Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

23.2.1 Classificação

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais ativos financeiros da Sociedade consistem em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes que resultam diretamente de suas operações.

Os principais passivos financeiros da Sociedade referem-se a obrigações com fornecedores. As principais obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações.

23.2.2. Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo das contas a receber e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Os valores justos e contábeis dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e suas respectivas classificações são os seguintes:

		2021
	Valor justo	**Valor contábil**
Ativos financeiros		
Custo amortizado		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e bancos	13.846	13.846
Contraprestações pecuniárias a receber	837.812	837.812
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	2.369.695.545	2.369.695.545
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	5.613.151	5.613.151
Débitos diversos	122.127	122.127

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

23.3. Gerenciamento de risco

A Sociedade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade destacam-se:

a) Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes é atenuado pela venda a uma base pulverizada de clientes e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. A Sociedade também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa e curto prazo de vencimento.

b) Risco de taxa de câmbio

Assim como as demais empresas atuantes no setor de saúde suplementar, a Sociedade também está sujeita aos efeitos da variação cambial sobre os custos dos serviços prestados, tendo em vista que parte dos materiais médico-hospitalares estão vinculados à variação cambial.

c) Risco de liquidez

A Sociedade monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo. Os índices de liquidez corrente e geral da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 eram 381,12.

NOTA 24: Eventos Subsequentes

24.1 Transferência de beneficiários de contratação individual/familiar da Amil Assistência Médica Internacional S.A. (controladora) para APS Assistência Personalizada à Saúde Ltda. ("APS")

Em novembro de 2021, a Amil solicitou à Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS") a transferência voluntária parcial de beneficiários de planos contratação individual/familiar para sua controlada APS Assistência Personalizada à Saúde Ltda. ("APS"). Em dezembro de 2021, foi autorizada pela ANS a transferência dos beneficiários, devendo ser considerada como data efetiva da transferência o primeiro dia do mês subsequente ao recebimento do ofício de autorização (neste caso, janeiro de 2022).

Em dezembro de 2021, a Amil assinou com terceiros, contrato de compra e venda de quotas ("*Share Purchase Agreement - SPA*"), visando a alienação da controlada APS. Em 08 de fevereiro de 2022, a ANS suspendeu a transferência das quotas da APS. Em 15 de fevereiro 2022, a ANS requisitou à Amil que fossem encaminhadas informações adicionais sobre a operação da venda da APS no prazo de 30 dias. Em 15 de março de 2022, a Amil encaminhou as informações solicitadas pela agência. Até a emissão dessas demonstrações contábeis, a operação ainda estava sendo analisada pela referida agência reguladora, portanto, tal transferência está sem efeitos.

24.2 Transferência de beneficiários de contratação coletivo da APS Assistência Personalizada à Saúde Ltda. para a SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A. (parte relacionada da Sociedade)

Em novembro de 2021, a APS solicitou à Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS") a transferência voluntária total de sua carteira de beneficiários de planos contratação coletivo para a SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A. (Companhia do mesmo grupo empresarial da AMIL). Em janeiro de 2022, foi autorizada pela ANS a transferência dos beneficiários, devendo ser considerada como data efetiva da transferência o primeiro dia do mês subsequente ao recebimento do ofício de autorização (neste caso, fevereiro de 2022).

Jundiaí, 31 de dezembro de 2021

Diretoria